

Tânia Régio/Agência Brasil

Criminalização do exercício ilegal da engenharia na pauta do Congresso

Retomado pela frente parlamentar de deputados e senadores que debate as questões ligadas a desenvolvimento e infraestrutura, projeto deve finalmente ser votado após anos de espera. O deputado Ronaldo Lessa (PDT-AL), que lidera iniciativa, conta com a aprovação da matéria ainda no primeiro semestre.

Página 5

Entrevista

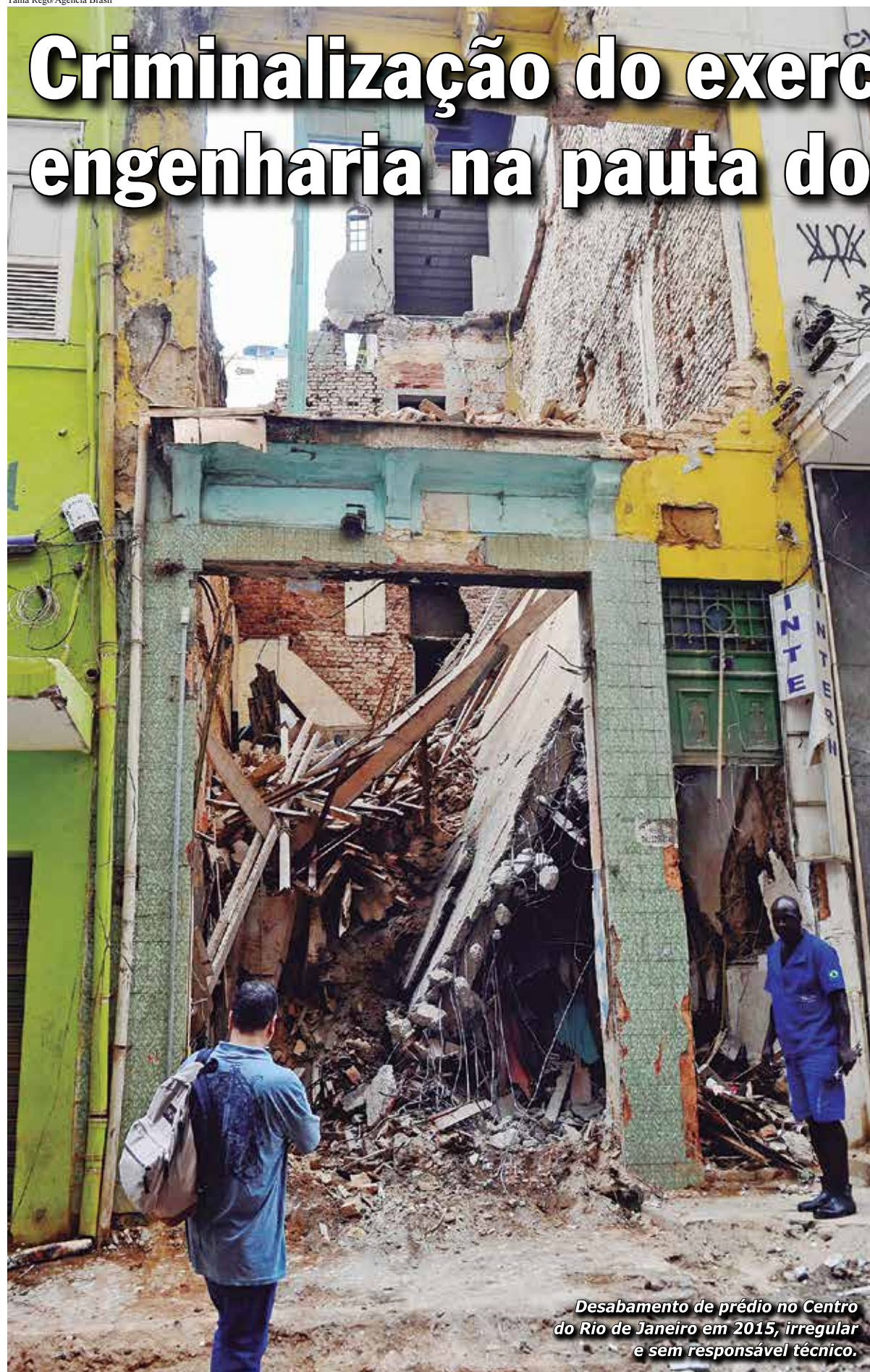
Reforma da CLT já prejudica trabalhadores e afeta democracia

Página 7

Saneamento

Em estudo, mudanças no marco legal que podem favorecer privatização

Página 4



Desabamento de prédio no Centro do Rio de Janeiro em 2015, irregular e sem responsável técnico.

Buscar as vitórias necessárias

Engenheiro traz nesta edição a retomada das atividades da Frente Parlamentar Mista de Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional, que pretende conseguir a votação, ainda no primeiro semestre, do projeto de lei que criminaliza exercício ilegal da profissão. Com apoio do movimento “Engenharia Unida”, criado pela FNE, deve também voltar ao debate a carreira pública de Estado para a categoria.

Em pauta o risco de mudança no marco legal do saneamento, que pode promover a privatização do setor. Para especialistas, se a intenção se confirmar, ficará ainda mais distante o objetivo de garantir o atendimento em água e esgoto à população.

Importante vitória, ainda que não definitiva, foi o recuo do governo em relação à reforma da Previdência Social. Graças à mobilização dos trabalhadores, o tema foi retirado de pauta e não deve ser votado neste ano. Contudo, outras ameaças rondam os trabalhadores, conforme aponta o diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho.

Entre os desafios a serem enfrentados, alerta o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Guimarães Feliciano, estão os efeitos da Lei 13.467/2017. Essa, que implementou a reforma trabalhista no País e está em vigor desde novembro último, já mostra seus malefícios.

Em C&T, a tecnologia por trás das criptomoedas e como essas se transformam em dinheiro no mundo real. E mais as iniciativas dos sindicatos em todo o País.

Boa leitura.

Quatro recomendações para garantir a continuidade da representação Como enfrentar a crise

João Guilherme Vargas Netto

O SINDICALISMO DOS profissionais de formação universitária, impropriamente chamado sindicalismo de classe média, tem, em relação às práticas sindicais da massa dos trabalhadores, três características que o diferenciam. Ele é ideológico, no sentido de que depende de ideias para sua realização e não da força bruta das coisas nas relações de trabalho; ele é disperso numericamente na malha da vida empresarial ou na autonomia do exercício profissional (exceto em casos de representação estadual ou nacional ou de pertencimento a carreiras da função pública); e ele se desenvolve ao lado de inúmeras outras formas associativas e de controle profissional inexistentes para a maioria dos trabalhadores. Mas, juntamente com esses, os profissionais qualificados sofrem um ataque brutal da lei trabalhista celerada (reforma introduzida pela Lei 13.467/2017), e esse ataque é ideológico, organizacional e financeiro, com reflexos poderosos sobre a ação sindical.

As dificuldades para enfrentá-lo são maiores nos sindicatos de profissionais universitários do que nos outros. Em alguns casos extremos convive-se com uma situação de perplexidade e desespero sobre a continuidade relevante da representação sindical. Com base no individualismo e na contestação institucional do sindicato, com base nas dificuldades de organização (a realização, por exemplo, de assembleias coletivas ou por local de trabalho) e com base no estrangulamento financeiro, a sobrevivência dos sindicatos dependerá do empenho das atuais diretorias, dos ativistas e dos auxiliares para enfrentar com êxito tais desafios. Cada pequena vitória conta muito. Recomendo, em primeiro lugar, que as direções das entidades desçam às bases para efetivar com elas a resistência à lei celerada e para acompanhar os profissionais na difícil situação que enfrentam. Sem esta decisão, aplicada com empenho, nada é possível de ser feito com êxito. Essa descida às bases reforça a presença sindical nas eventuais negociações coletivas.

Concomitantemente devem as entidades, através de seus setores de comunicação regular e principalmente pelo corpo a corpo com os profissionais onde eles eventualmente se agrupem, sindicalizá-los e ressindicalizá-los, procurando fidelizá-los aos sindicatos com sua atuação em defesa dos profissionais.

Na grave carência de serviços públicos e de encarecimento dos serviços privados, uma das chaves da presença sindical é a oferta de serviços qualificados às categorias, graduando-se com inteligência o acesso de associados e não associados. As contribuições sindicais devem ser garantidas com espírito de urgência e de combate. No caso dos engenheiros, a assessoria jurídica da FNE produziu um roteiro detalhado para essa batalha, escalonada no tempo e baseada na re-

É hora de se aproximar da base, promover sindicalização e ressindicalização, oferecer serviços e buscar recursos para assegurar o trabalho de defesa das categorias.

MARINGONI



lização de assembleias, que explora as próprias lacunas da lei celerada, como por exemplo a contradição entre a lei e o artigo 599 da CLT, não revogado. Onde haja condições de negociação coletiva, os procedimentos descritos acima podem e devem ser amplificados, garantindo-se o papel institucional e legal das entidades. A situação é difícil, mas não se pode ter ilusões com alternativas milagrosas salvadoras, vindas de Brasília ou do fair play empresarial.

João Guilherme Vargas Netto é analista político e consultor sindical da FNE



ENGENHEIRO – Publicação da Federação Nacional dos Engenheiros
Diretor responsável: Murilo Pinheiro. **Conselho Editorial:** Murilo Pinheiro, Carlos Bastos Abraham, Manuel José Menezes Vieira, Disneys Pinto da Silva, Antonio Florentino de Souza Filho, Luiz Benedito de Lima Neto, José Luiz Bortoli de Azambuja, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Thereza Neumann Santos de Freitas, Maria Odineia M. Santos Ribeiro, Modesto F. dos Santos Filho, Clarice M. de Aquino Soraggi, Gerson Tertuliano, Edson Kiyoshi Shimabukuro, Sebastião A. da Fonseca Dias, Wissler Botelho Barroso, Francisco Wolney Costa da Silva, José Ailton Ferreira Pacheco, Tadeu Ubirajara Moreira Rodriguez, Maria de Fátima Ribeiro Cô, Antônio Ciro Bovo, José Carlos Ferreira Rauen, Lincoln Silva Américo, Celso Atienza, Cláudio Henrique Bezerra Azevedo. **Editora:** Rita Casaro. **Revisora:** Soraya Misleh. **Diagramadores:** Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Sede:** SDS Edifício Eldorado, salas 106/109 – CEP 70392-901 – Brasília – DF – **Telefone:** (61) 3225-2288. **E-mail:** imprensa@fne.org.br. **Site:** www.fne.org.br. **Tiragem:** 10.000. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** Março de 2018. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da FNE.

Mobilização forçou recuo e mudanças devem ficar para 2019. Mas outras ameaças rondam os trabalhadores

Derrotada reforma da Previdência

Soraya Misleh

Diante da forte rejeição dos trabalhadores e pressão junto a parlamentares, o Governo Temer não teve outra alternativa senão recuar na tentativa de aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, relativa à reforma da Previdência. Vitória que se expressou em mobilização e protestos organizados das centrais sindicais no País no dia 19 de fevereiro, sob clamores como “Quero aposentar!”.

Sem reconhecer a derrota, o Executivo Federal utilizou, na visão do diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, “artifício que teria o mesmo efeito que a reforma: assegurar apoio do mercado para seguir até o final de seu mandato”. Assim, em 16 de fevereiro, três dias antes da data anunciada para votação da PEC na Câmara dos Deputados, publicou no *Diário Oficial da União* decreto de intervenção federal no estado do Rio de Janeiro até 31 de dezembro próximo – aprovado pelo Plenário do Senado Federal no dia 20 do mesmo mês.

Até então, o governo federal não havia obtido os 308 votos suficientes para aprovação da proposta no Congresso Nacional. Tentou, inclusive, sem sucesso, amenizar os impactos da reforma, ao apresentar em 22 de novembro último Emenda Aglutinativa à PEC. Conforme o Diap, porém, sem alterar a essência das mudanças, em prejuízo dos segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e servidores públicos. “O governo anuncia a redução do tempo mínimo de contribuição de 25 anos para 15 anos, de forma a manter a regra atual. Mas isso somente se aplica ao RGPS. Os servidores seguem com a exigência de 25 anos de contribuição, prevista na PEC original, o que resulta discriminatório e anti-isonômico, dado que estamos falando de regras para ambos os segmentos fazerem jus ao mesmo tipo de benefício (aposentadoria até o teto do RGPS)”, destaca a análise feita pelo órgão (*confira na íntegra em <https://goo.gl/43DEjv>*).



Manifestação contra reforma da Previdência em 19 de fevereiro último em São Paulo.

Com o pretexto ideal – já que não podem ser feitas alterações constitucionais enquanto vigorar a intervenção federal –, a reforma da Previdência está fora da agenda. Em face disso, ele é categórico: “Pelo menos até a posse do próximo Presidente da República, não há risco de deliberação sobre reforma da Previdência. A tendência de perder a votação e a proximidade das eleições são impeditivos.” Na sua análise, dificilmente o tema seria tratado no âmbito infraconstitucional, alterando-se leis ordinárias – a única possibilidade após o artifício utilizado. “O Congresso é refratário a essa ideia.”

Ação fundamental

De acordo com Toninho, a luta dos trabalhadores foi determinante para enterrar a reforma da Previdência na atual Legislatura. “Particularmente duas categorias que seriam bastante afetadas tiveram papel fundamental: servidores públicos e trabalhadores rurais.” Juntamente com as demais, realizaram panfletagens em locais públicos e pressão junto a parlamentares em Brasília. “Funcionou muito bem a

publicação em *outdoors* e em portais na internet da intenção de votos de cada um. Também circulavam a informação em carros de som nas bases eleitorais dos parlamentares.” Essa ação, somada ao esclarecimento à sociedade sobre o conteúdo perverso da reforma, que retiraria direitos conquistados, garantiu o resultado.

Um dos pontos atacados foi a falácia da retórica oficial de *déficit* da Previdência – a qual vem sendo apontada há tempos pela Associação e Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip/Sindifisco). Elaborada pelas entidades, cartilha demonstrou, por exemplo, que a alegada falta de recursos para o custeio dos benefícios não se confirmava. Entre outros pontos, o texto esclarece que metade do valor que o governo alega que seria *déficit* equivale a renúncias e incentivos fiscais. Também informa que dívidas da Previdência, em especial de grandes empresas, que representam valores elevados, raramente são cobradas. Ainda na cartilha, as organizações indicam que “o governo lança como despesa previdenciária parcelas que não possuem essa natureza

e deveriam ser custeadas diretamente pelo orçamento da União, não pelos recursos da Seguridade Social” (*confira o documento na íntegra em <https://goo.gl/fpBAHY>*).

Outra iniciativa importante foi o apoio de diversas entidades nacionais de magistrados do trabalho, membros do Ministério Público, auditores, atuários e aposentados à luta. Divulgaram em nota no dia 2 de fevereiro chamado a mobilização contra o que denominaram “retrocessos praticados pela PEC 287/2016”, denunciando inconstitucionalidades e reforçando questionamento quanto ao argumento de *déficit* da Previdência. Entre as medidas em prejuízo da sociedade brasileira, o texto cita a “arbitrária supressão dos regimes de transição em detrimento de quem, já estando vinculado a um regime de previdência pública, tenha menos de 45/50 anos à época da promulgação da emenda”. Além da proposta de igualar as idades mínimas de homens e mulheres para a aposentadoria, “esquecendo-se da condição real da mulher, ainda hoje desprivilegiada no mercado de trabalho”.

Sem conseguir os votos necessários à aprovação de emenda constitucional, governo desistiu. Outras iniciativas, como privatização da Eletrobras, seguem na pauta.

A despeito da vitória, Toninho alerta que não se pode baixar a guarda. O Executivo tentará cobrir sua agenda neoliberal com cortes em áreas sociais e entrega do patrimônio público à iniciativa privada. Na mira, por exemplo, a Eletrobras. “Não abandonou a fúria fiscal de redução do orçamento e tamanho do Estado. É mister, neste cenário, que as forças que defendem projeto inclusivo e de valorização do trabalho sigam mobilizadas.”

Marco regulatório do setor pode ser mudado com objetivo de facilitar privatização

Universalização do saneamento em risco

Rosângela Ribeiro Gil

Especialistas do setor estão apreensivos com mudanças nas diretrizes nacionais dos serviços relacionados ao abastecimento de água potável, manejo de água pluvial, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. O motivo é a minuta de Medida Provisória (MP) ou projeto de lei (PL). Divulgada pelo governo federal em outubro último, visa modificar o marco regulatório do setor, estabelecido pela Lei 11.445, que completou dez anos em 2017, e a Lei 9.984/2000, que cria a Agência Nacional de Águas (ANA). Ao jornal **Engenheiro**, o Ministério das Cidades não deu detalhes sobre a proposta. Limitou-se a dizer que a matéria “está em fase de elaboração” e o prazo para o governo enviá-la ao Congresso Nacional depende de qual instrumento será utilizado, se MP ou PL. Para o vice-presidente da FNE, Carlos Bastos Abraham, o maior risco dessa iniciativa é a possível desestruturação do setor, com reflexo direto na universalização dos serviços. “É um grave erro do governo federal”, critica. O presidente da Associação Brasi-



Serviços públicos permitem melhorar sistema, pois o foco é social e não o lucro, defende Assemae. Obra do Departamento Autônomo de Água e Esgotos (Daae) de Araraquara (SP).

Hojaij, eliminar o contrato de programa – modalidade contratual entre dois ou mais entes federativos, ou entes federativos diversos e um consórcio público – e instituir o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) equivale a condenar os municípios menores à falta de saneamento. “Nenhuma empresa privada vai se interessar em atuar num lugar pequeno e não rentável”, afirma.

O engenheiro civil Abelardo de Oliveira, há 42 anos na área, coordenou em 2003, como secretário Nacional de Saneamento Ambiental – órgão ligado ao Ministério das Cidades –, o processo que envolveu a elaboração, discussão e aprovação da lei que o governo pretende mudar agora. Ele lamenta que todo um acúmulo de debate e conhecimento seja desprezado: “A Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB) foi uma construção democrática de mais de dois anos, que conseguiu reunir todos os setores envolvidos e interessados e resultou, em 2005, no PL 5.296. Depois disso, tivemos mais dois anos de ampla discussão no Congresso Nacional, com realização de seminários e audiências públicas. E conseguimos a proeza de aprovar a norma por unanimidade em 2007. Triste ver que isso pode ser mudado numa ‘canetada’.”

Para ele, a alteração pretendida pelo governo atende apenas aos interesses da iniciativa privada. O apontamento é endossado pelo presidente da Delegacia Sindical

do Seesp, em Taubaté, Breno Botelho Ferraz do Amaral Gurgel, há 44 anos na área e ex-funcionário da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). “O governo Temer pretende facilitar a entrada das empresas privadas que têm apenas interesses econômicos”, diz. O dirigente considera a minuta do governo “muito confusa”. E avalia: “Basicamente o que está escrito, e eu não concordo, é a não criação de uma agência específica para o saneamento, encaixando o serviço na ANA, que não dá conta nem das suas próprias atribuições.” Abraham concorda que as mudanças podem significar apenas “atender à ânsia arrecadatória de empresas e do governo, com o claro objetivo de facilitar a subdelegação ou subconcessão de operação dos serviços”.

Oliveira lamenta que o País esteja na contramão do mundo: “O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, entusiastas das privatizações do setor nos anos 1980 e 1990, venderam aos países a ideia de Estado incompetente e de eficiência do setor privado. Agora chegaram à conclusão de que as privatizações fracassaram, porque não cumpriram os acordos firmados.” O ex-secretário nacional cita casos de grandes cidades que retomaram os serviços, como Berlim (Alemanha), Buenos Aires (Argentina), Budapeste (Hungria), La Paz (Bolívia) e Paris (França). “A tendência mundial agora é a reestatização.”

A experiência é constatada também em cidades brasileiras. Oliveira relaciona dois casos emblemáticos: “Em Manaus (AM), após 17 anos de privatização, o que existe é o não cumprimento de metas de investimentos e universalização, com apenas 10% de cobertura em esgotamento sanitário e mais de 600 mil pessoas sem acesso a água. A capital amazonense está em 95º lugar na prestação dos serviços de água e esgoto, entre os 100 maiores municípios, conforme o Instituto Trata Brasil. Outro caso é do município paulista de Itu, que passou à iniciativa privada em 2007 e em 2016 a Prefeitura local retomou os serviços, por descumprimento de contrato e falta de investimentos.”

Gurgel explica que, inicialmente, a lógica da privatização era de que melhoraria o desempenho do setor. “No início, as empresas privadas fizeram até isso, mas aumentaram as tarifas e cobraram de todo mundo, porque sua lógica é o lucro. O empresário não quer correr riscos. Se a receita não cobrir as despesas, nesses contratos o município ainda paga um bônus.” Outro aspecto levantado por ele é que com a privatização acaba a política do subsídio cruzado, dispositivo que possibilita que municípios com menos recursos tenham acesso aos serviços.

Para Abraham, o marco regulatório até pode ser melhorado e aprimorado, mas isso passa por priorizar os investimentos na área. Oliveira endossa e diz que “o setor precisa garantir recursos perenes e permanentes, conforme previsto no Plansab (*Plano Nacional de Saneamento Básico*), incluindo as ações estruturantes para o fortalecimento e requalificação das empresas públicas; e instituir o fundo de universalização e subsídios para a população de baixa renda”.

A área, como ressaltam os especialistas, tem impacto direto na saúde e em outras políticas públicas. Assim, Oliveira considera a presença do poder público essencial. Além disso, prossegue, “é um serviço já considerado pela ONU (*Organização das Nações Unidas*) como direito humano fundamental”.

Proposta de alteração da Lei 11.445 já divulgada aponta para fim do subsídio cruzado e obrigação de estudo de viabilidade econômica para definir investimentos.

leira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), Roberval Tavares de Souza, reforça a opinião do perigo do desmonte e se opõe totalmente à edição de MP, por considerar o instrumento “pouco democrático”.

O principal e unânime desacordo está no art. 10-A da minuta, em que se “exige que o município, antes da celebração do contrato de programa, realize um chamamento público quanto ao interesse de outras empresas públicas e privadas em disputar a concessão dos serviços de saneamento”. Para o presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), Aparecido

Frente Parlamentar inicia ano com vitórias importantes e perspectivas positivas

Engenharia em ação no Congresso

Soraya Misleh

Pouco mais de um ano após sua criação, em novembro de 2016, com o apoio da FNE, a Frente Parlamentar Mista de Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional arrancou importante vitória no Legislativo: assegurou em 13 de dezembro último a aprovação no Plenário da Câmara dos Deputados, por 293 votos a sete, do regime de urgência ao Projeto de Lei 6.699/2002. Em tramitação na Casa há 15 anos, o PL, de autoria do então deputado José Carlos Coutinho (PFL-RJ), inclui como crime contra a saúde pública o exercício ilegal das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia. Destravá-lo representou grande passo rumo à vitória em luta histórica travada pela FNE.

Como o PL 6.699 abrange outras profissões, inclusive que já alcançaram a criminalização do exercício ilegal, a área técnica recuperou substitutivo de 2006 a essa proposição, mais específico. Após sua apresentação, como informa o presidente da Frente Parlamentar, deputado federal Ronaldo Lessa (PDT-AL), a expectativa é que a criminalização do exercício ilegal da profissão se torne finalmente realidade muito em breve. “Acredito que isso ocorra ainda no primeiro semestre. Não é possível que daqui para lá haja muitos vetos e Medidas Provisórias trancando a pauta, até porque caiu reforma da Previdência (Proposta de Emenda à Constituição 287/2016, leia mais na página 3), que estava atrapalhando muito”, atesta. Segundo ele, que é engenheiro, foi construído consenso à aprovação do PL, que tem o apoio da ampla maioria dos partidos.

Lessa destaca a relevância da conquista: “Essa lei garantirá proteção à sociedade e valorização da nossa profissão, não possibilitando que um aventureiro ou charlatão exerça a profissão ilegalmente. Precisamos ter a segurança de obras bem feitas. Houve prédios por exemplo no Rio de Janeiro em que reforma foi feita por empresa não credenciada. Ao mexerem na parte estrutural, desabaram. Em Brasília, viaduto sem manutenção também teve esse destino.”

Além desse resultado, Lessa aponta outros, como o avanço rumo à federalização do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), para assegurar que todos os estados elejam seus representantes no Plenário – hoje, 12 não têm conselheiros. Após passar nos ministérios do Trabalho e Planejamento, a proposição encontra-se agora na Casa Civil. E ainda a perda de validade da Medida Provisória que dispunha sobre renovação das concessões públicas sem licitação. “Simplesmente prorrogar inclusive quando não foram cumpridas cláusulas contratuais e feitos os investimentos necessários não ajudava nada. Travamos grande luta para derrubar a MP e conseguimos. Não houve quórum, a obstrução da oposição foi muito forte.”

Agenda ampla

A Frente Parlamentar de Engenharia retomará sua agenda de reuniões amplas ainda neste mês de março. Lessa pretende reiniciar os trabalhos com uma pauta mais abrangente, vislumbrando avançar neste ano em outros pontos importantes, como a retomada das obras paradas no País e a instituição da carreira de Estado para engenheiros, arquitetos e agrônomos em todos os níveis de governo (federal,

estaduais e municipais). Esta última demanda da categoria consta do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 13/2013. Aprovado em duas comissões permanentes e pronto para ser apreciado no Plenário da Casa, voltou à estaca zero ao ser apensado em junho de 2015 ao PL do Senado 122/2014, que dispõe sobre o exercício da profissão dos economistas. Agora os engenheiros aguardam votação no Sena-

Esforço imediato é colocar na pauta e aprovar projeto que criminaliza o exercício ilegal da profissão. Debates sobre carreira de Estado e contra privatização também devem ganhar força.

do de requerimento pela desvinculação do PLC para que finalmente retome à pauta. “Para nós, a carreira de Estado é fundamental e, cada vez mais, o dia a dia tem mostrado sua necessidade à sociedade. Imagine um prefeito de uma cidade menor completamente na mão de interesses comerciais, mercantilistas, sem a visão de Estado daquele funcionário concursado que tenha a obrigação de

defender aquele município, proteger o meio ambiente. Não podemos entender mais no século XXI que a engenharia não seja vista como carreira de Estado.”

Quanto à retomada das obras paradas, a Frente Parlamentar fez um levantamento das milhares em todo o País. “Agora precisamos unificar os trabalhos junto a outras frentes parlamentares que tratam do assunto para obter melhor resultado e ver a forma de agilizar isso”, ressalta Lessa.

Também deve voltar à pauta a resistência a projetos de desnacionalização por parte do governo federal, como a possibilidade de privatização da Eletrobras e a redução da garantia de contratação nacional em licitações da Petrobras. De acordo com Lessa, bons resultados têm sido obtidos ao se discutir com a sociedade e com a categoria. “Vem sendo muito importante nesse sentido a própria Engenharia Unida (movimento lançado pela FNE, que articula coalizão da área tecnológica na busca de saídas à crise, rumo à retomada do desenvolvimento com valorização profissional).” Ele enfatiza que é mister manter esse horizonte, pois ainda há muito por fazer: “Vamos continuar a luta para defender pontos que, para nós, são fundamentais.”

Paulo Nogueira



Lançamento da Frente Parlamentar de Engenharia, em novembro de 2016, com a participação da FNE.

RS

Futuro da segurança contra incêndios



Divulgação Senge-RS

Sindicato participa de discussões técnicas à prevenção e proteção e apresenta contribuições a lei estadual sobre o tema.

Em 2018 completaram-se cinco anos desde a tragédia da Boate Kiss, em Santa Maria (RS). Nesse período, o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul (Senge-RS) intensificou sua mobilização junto aos poderes Executivo e Legislativo e foi convidado a compor o Conselho Estadual de Segurança, Prevenção e Proteção Contra Incêndio. A entidade apresentou contribuições à nova lei sancionada no Rio Grande do Sul sobre o assunto e denunciou os riscos de determinados dispositivos que flexibilizam a chamada “Lei Kiss”. No próximo dia 17 de abril, o sindicato promoverá mais uma contribuição técnica ao tema, por meio do evento “Painéis da engenharia – O futuro da

segurança contra incêndio”, que reunirá em Santa Maria especialistas e acadêmicos da área. A programação, ainda em construção, estará disponível no portal www.senge.org.br. Contará com palestras que abordarão a legislação de segurança contra incêndios, com enfoque nas mudanças ocorridas nos últimos cinco anos e no que ainda é preciso avançar; ensino, pesquisa e novas tecnologias no setor; certificação de projetos, pessoas, equipamentos, produtos e materiais. Na ocasião, será divulgada a Carta de Santa Maria, que representa o compromisso do Senge e entidades apoiadoras com metas a serem desenvolvidas, visando o aperfeiçoamento da legislação pertinente ao combate e prevenção de incêndios.

DF

Ações em curso na entidade

O Sindicato dos Engenheiros no Distrito Federal (Senge-DF), por meio de sua assessoria jurídica, ingressou com ação e pedido de mandado de segurança contra a Novacap. A iniciativa foi motivada pelo Edital 01/2017 de concurso público que oferece salário abaixo do piso da categoria dos engenheiros determinado pela Lei 4.950-A/1966.

Para manter sua atuação em defesa dos profissionais, o Senge realizou, em dia 18 de dezembro de 2017, assembleia geral extraordinária para deliberar sobre a autorização da cobrança da Contribuição Sindical de todos os engenheiros, associados ou não. A proposta foi aprovada pela maioria.



Renato Queirós

Assembleia em 18 de dezembro último autorizou a cobrança da Contribuição Sindical de todos os engenheiros.

PI

Piauí terá Academia de Engenharia

Engenheiros estão organizando o lançamento da Academia Piauiense de Engenharia. A expectativa é que a instituição seja composta de 20 acadêmicos fundadores. Já foram definidos os patronos das cadeiras, que serão engenheiros falecidos que prestaram serviços relevantes ao estado e também os integrantes, com grandes trabalhos prestados à engenharia piauiense que tenham mais de 30 anos de profissão. O responsável pela coordenação da criação da academia é o engenheiro civil José Mendes. O presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Piauí (Senge-PI), Antonio Florentino de Souza Filho, será um dos



Integrantes reúnem relevantes serviços prestados à engenharia local.

membros e detentor da cadeira 14, que terá como patrono Carlos Roberto Jales de Carvalho. “É uma honra fazer parte desse grupo seleto de profissionais que tanto se dedicaram e continuam se dedicando ao crescimento da engenharia no Piauí”, afirmou Florentino.

CE

CVT será inaugurado na festa de 76 anos do Senge

Está prevista para dia 23 de março a inauguração do Centro Vocacional Tecnológico (CVT), já instalado na sede do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Ceará (Senge-CE). Na ocasião, serão festejados os 76 anos da entidade. Aprovado em 2013 no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), em parceria com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará, o projeto é fruto de emenda parlamentar do deputado federal Ariosto Holanda (PDT-CE). Trata-se de um centro piloto de tecnologia voltado à

capacitação e inovação, visando promover o desenvolvimento profissional por meio de atividades de educação especializada de base tecnológica, resultando em inovação articulada à pesquisa aplicada. Disponibilizará salas multiuso para capacitação, videoconferência e laboratório de informática, com ambientes automatizados equipados com lousas digitais. Atenderá não só os profissionais da área tecnológica, incluindo engenheiros, agrônomos, geólogos, geógrafos, meteorologistas, arquitetos, tecnólogos, como também estudantes e a população em geral. Segundo a vice-presidente do Senge, Thereza Neumann Santos de Freitas, “muitas parcerias ocorrerão com os governos estadual e municipal através de seus órgãos de desenvolvimento, ciência, tecnologia e inovação e com universidades, entidades e empresas. Teremos um espaço integrador de profissionais e mercado”, garante.



Assessoria de Comunicação

Centro de capacitação e tecnologia atenderá profissionais da área tecnológica.

MA

Associados elegem seus representantes no Crea

No dia 24 de janeiro último foram eleitos os conselheiros regionais representantes do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão (Senge-MA) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia local (Crea-MA), nas modalidades civil, mecânica e metalurgia e agronomia. São eles, na mo-

dalidade de engenharia civil, Nagib Abrahão Duailibe Neto e Davi Santos Ribeiro; Ranyelle Ricardo Santos e Ademir Silva Andrade Cunha; e Eurenice Amélia Reis Rabelo (titulares e suplentes). Na de mecânica e metalurgia, Nelson José Bello Cavalcanti e Jean Robert Pereira Rodrigues (titular e suplente).

Na de agronomia, Valentino Guedelha Campos e Elpídio Alves Simões Netto. Os novos conselheiros foram empossados em 7 de fevereiro último, quando também ocorreram eleição e posse da nova diretoria e composição das Câmaras Especializadas e das Comissões do Crea-MA.

Presidente da Anamatra destaca as consequências da reforma da CLT introduzida pela Lei 13.467/2017

Justiça e trabalhadores enfraquecidos

Jéssica Silva

A Lei 13.467/2017, que promoveu inúmeras alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), está em vigor há três meses e já apresenta seus malefícios, que não serão sanados pela Medida Provisória 808 ainda em tramitação, cujo objetivo seria corrigir os excessos do texto aprovado no Congresso e promulgado pela Presidência da República. A avaliação é do presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Guimarães Feliciano. A entidade, que teve participação ativa ainda na tramitação da reforma, foi provedora dos 125 enunciados sobre a interpretação da lei, aprovados em encontro nacional, que reuniu mais de 600 juizes do Brasil e demais profissionais ligados ao exercício do Direito, em outubro último. “Estamos fazendo o trabalho de esclarecimento e enfrentamento”, afirma Feliciano. Com a Justiça e direitos dos trabalhadores atingidos, ele alerta, também a democracia é afetada.

Quais são os pontos ainda problemáticos da lei mesmo após a MP 808?

A MP resolveu parcialmente, por exemplo, a questão da jornada 12h por 36h, que pela Constituição jamais poderia ser negociada individualmente. A MP alterou o texto original, mas ressaltou o segmento de hospitais e áreas semelhantes. Estes poderão negociar individualmente, o que é inconstitucional. A medida também alterou as negociações de prorrogação de jornada em ambiente insalubre e o próprio enquadramento da insalubridade, com base nas leis e normas administrativas

existentes. Nesses casos, o negociado não prevalece sobre o legislado. De resto, tudo o que era apontado, como a restrição ao acesso à Justiça do Trabalho, o trabalho intermitente, as várias hipóteses do negociado prevalecer sobre o legislado, continua e já vem revelando seus malefícios.

Como isso afeta o trabalhador?

Já sentimos na dificuldade criada para o acesso à Justiça. Com a reforma, mesmo que o juiz declare a condição de pobreza do trabalhador, ele ainda assim terá que arcar com as despesas das perícias que forem necessárias no processo e também com os honorários do advogado da empresa se, por acaso, perder em alguma das suas pretensões. É uma recusa do acesso à Justiça por meio de obstáculos econômicos que, portanto, fazem com que trabalhadores, embora convictos dos seus direitos, evitem ir à Justiça com medo das consequências. Nós teremos uma queda do número de ações baseada em temor, e aí estaremos retrocedendo um debate já consolidado, de superar as barreiras econômicas, de Justiça gratuita.

Como os sindicatos e a organização dos trabalhadores são atingidos?

A lei enfraquece os sindicatos através da possibilidade de terceirização da ativida-

de-fim, de constitucionalidade duvidosa, mas que de todo modo agora está na lei. Uma vez possibilitada, teremos nos próximos anos uma segmentação absurda das categorias mais fortes. Veremos cada vez menos bancários, por exemplo, e mais trabalhadores em empresas de prestação de serviços como mão de obra em bancos. Grandes categorias podem ser enfraquecidas, e a categoria mais amorfa é inflada. Isso pode resultar em mais perdas de direitos. Na medida em que há prevalência do negociado sobre o legislado e se enfraquecem os sindicatos, o outro polo dessa relação é fortalecido. Empresas e organizações patronais poderão se valer da própria negociação coletiva perante entidades sindicais mais frágeis para redução de direitos e retrocessos em garantias históricas.

Como a Justiça do Trabalho é atingida?

Com o acesso dificultado, há uma rápida queda de ações, e a Justiça do Trabalho pode ser impedida de cumprir sua função, de pacificação social aos conflitos entre capital e trabalho. Essa é sua função, assegurar o reconhecimento e fruição de direitos sociais e de outros direitos fundamentais, que de algum modo estejam ameaçados ou mesmo lesados dentro das relações de trabalho. Juizes do trabalho lidam com

direitos humanos. O Direito do Trabalho nasce com a primeira lei trabalhista exatamente para proteger a integridade física do trabalhador num contexto em que a assimetria econômica entre a empresa e o empregado fazia com que os trabalhadores se submetessem às mais terríveis condições. O que houve, na verdade, foi um esforço de mediocizar a Justiça do Trabalho.

O que esses ataques significam à democracia?

O Poder Judiciário é um pilar fundamental da democracia e sofre um abalo com o enfraquecimento da Justiça do Trabalho, a partir da própria legislação ou por extensas exposições críticas feitas por alguns segmentos da mídia. A salvaguarda de direitos fundamentais também é um pilar da democracia, os chamados direitos fundamentais sociais, presentes na Constituição. Embora não diretamente afetados, terminam sendo indiretamente comprometidos por diversas novidades introduzidas pela reforma. Esse segundo pilar termina também comprometido, de forma que os frutos dessa lei podem ser exatamente a erosão desses direitos e da sua efetividade.

Como a Anamatra pretende atuar nesse contexto?

Atuamos subsidiando o Parlamento com uma série de notas técnicas, participando de audiências públicas, durante a tramitação da reforma, alertando às inconstitucionalidades. A Anamatra está fazendo o devido trabalho de esclarecimento e de enfrentamento. Também realizamos a segunda Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, que resultou nos 125 enunciados aprovados de interpretações possíveis para a lei. No campo judicial, a associação ingressou no Supremo Tribunal Federal duas ações diretas de inconstitucionalidade, uma delas questionando a absurda tarifação das indenizações por dano moral e outra o depósito recursal, que historicamente tem sido uma importante garantia do trabalhador no processo.



Divulgação Anamatra

Para Feliciano, a democracia também é prejudicada com o enfraquecimento da Justiça do Trabalho, consequência da reforma.

Adeptos da riqueza gerada virtualmente apostam em revolução financeira

A tecnologia das criptomoedas

Deborah Moreira

Bitcoin, Ethereum, Ripple, Stellar, Iota. Essas são algumas criptomoedas que, segundo especialistas, vieram para ficar. Conforme eles, o surgimento desse “dinheiro virtual” representa transformação equivalente ao advento do papel-moeda, introduzido no comércio marítimo pela China medieval. “Vivemos uma mudança grande. Na história mais recente, o dinheiro sempre foi emitido por bancos centrais, que garantem credibilidade. Agora, está sendo criado por cálculos matemáticos sem intermediários, com um sistema de validação feito pelos próprios usuários e de forma anônima”, descreve Rafael Sarres, professor do curso de pós-graduação do Centro Universitário de Brasília (UniCeub) sobre “Rede de computadores com ênfase em segurança”.

Ele explica que a novidade nesse fenômeno está em como a moeda nasce, de forma descentralizada em milhares de computadores conectados à internet e que realizam uma espécie de competição matemática, cujo objetivo é decifrar cálculos e validar as transações dos demais participantes a cada dez minutos aproximadamente. Essa prática ficou conhecida por mineração. A validação da moeda também ocorre sem uma instituição, simplesmente um minerador valida os cálculos do outro, e o resultado é auditado por todos os participantes da rede. Outra característica é o fato de que a emissão de novos ativos tem prazo de validade. Isso porque o algoritmo das criptomoedas limita a sua produção. Por exemplo, está estabelecido matematicamente que podem circular no máximo 21 milhões de bitcoins e há previsão de que os últimos sejam emitidos no longínquo ano de 2140.

Opções diversas

A criptografia assimétrica é outra tecnologia usada. “Ela trabalha com duas chaves, uma pública e outra privada. A chave privada deve ser mantida em sigilo. É necessária para realizar transações, o que garante a autenticidade do processo. Ou seja, quem tem a chave privada específica de uma conta



Aos 18 anos, Leonardo Rangel Júnior se tornou especialista em comportamento das criptomoedas.

consegue mover as moedas, logo é muito importante guardar essa informação em local seguro”, completa Sarres.

As chaves privadas são guardadas em uma carteira virtual – *software* específico para cada moeda. Existem diversas opções. Ao instalar pela primeira vez, o programa cria um código secreto que será usado de forma similar a uma senha para realizar transações, como ocorre em um ambiente bancário, com a diferença que os participantes têm suas identidades preservadas, já que o anonimato é princípio do criptoanarquismo, movimento que inspirou a criação das primeiras criptomoedas na década de 1990. “A comunidade criptoanarquista buscava uma moeda segura sem intermediários e que o governo não tivesse acesso, o que faz parte da filosofia de liberdade e livre mercado, sem finalidade criminosa. Existe, claro, quem queira fazer disso uma contravenção e comprar drogas, por exemplo”, comenta Sarres.

O bitcoin apareceu em 2008 em um fórum sobre criptografia na internet, onde surgiu um texto explicando as regras, assinado por Satoshi Nakamoto, cuja identidade real até hoje não foi revelada. Especula-se que o seu criador, um dos primeiros mineradores, teria agregado aproximadamente 1 milhão de bitcoins em sua carteira.

A engenharia computacional por trás da moeda é a *blockchain*, em que ocorre a mineração. Trata-se de uma estrutura de dados organizados em blocos que vão sendo criados e encadeados, utilizando uma técnica matemática chamada *hash* criptográfico, que nada mais é do que um resumo que identifica de forma única um conjunto de dados, nesse caso, um bloco. Esse resumo é armazenado em cada bloco e garante a integridade do bloco anterior. Dessa forma, qualquer alteração em um bloco alteraria seu resumo e invalidaria toda a cadeia subsequente.

Novidade atrai tanto aficionados e defensores da liberdade nas transações quanto os que veem a chance de lucro fácil nessa nova seara.

Além das mais valorizadas atualmente, existem cerca de 5 mil moedas virtuais que se estruturam em *blockchain*. O engenheiro da computação Lucas Lago, pesquisador do Centro de Estudos Sociedade e Tecnologia da Universidade de São Paulo (Cest-USP), explica que o *hash* criptográfico faz com que o poder de processamento necessário para alterar uma moeda seja superior ao demandado para criá-la, o que inviabiliza sua

adulteração. “Precisaria alterar cada bloco e se gastaria muito tempo para alterar uma cadeia inteira. Tem-se, portanto, uma estrutura rígida impedindo que informações antigas sejam alteradas ou removidas. Essa é a grande revolução: gerar uma estrutura de dados que ninguém consegue alterar, pelo menos até então”, explica Lago.

Valor no mundo real

A interface entre as criptomoedas e o mundo real se dá por meio do pagamento por produtos ou serviços com esse dinheiro virtual, em sua maior parte bitcoin. Os locais físicos que utilizam a forma de pagamento são divulgados em <http://coin-map.org..> Empresas de tecnologia como Dell e Microsoft aceitam para vendas *online*, e alguns cartões recebem transferência das carteiras virtuais, como o Celcoin. E há as transações financeiras, conforme a cotação do mercado estabelecida pela oferta e procura, que tem gerado fortunas virtuais. No final de fevereiro, após forte especulação, um bitcoin valia US\$ 10 mil, metade do seu valor em 2017.

Aos 18 anos e recém-formado em Tecnologia da Informação no ensino médio, Leonardo Rangel Júnior tornou-se um *trader* desse mercado. Ele teve contato com o tema no início de 2017 e começou um investimento de R\$ 10 mil em bitcoins. Em setembro, havia acumulado o equivalente a R\$ 40 mil e partiu para uma aposta mais ousada: “Decidi arriscar tudo que tinha numa outra moeda, a Iota.” Cerca de três meses depois, obteve ganho de 500% com a venda.

“Após muito trabalho me especializei no comportamento da tecnologia, que é inovadora, disruptiva, com chance de mudar o mundo”, conta o adepto e futuro minerador. Ele pretende montar uma fazenda de computadores no Paraguai, onde o custo da energia elétrica, insumo altamente consumido na atividade, será mais baixo.

Saiba mais: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bitcoin>